

Walter Benjamin e a infância: apontamentos impressionistas sobre sua(s) narrativa(s) a partir de narrativas diversas

*Walter Benjamin and childhood:
impressionist notes on his narrative(s) from diverse narratives*

RITA DE CASSIA MARCHI*



RESUMO – Este artigo trata da infância como objeto de reflexão filosófica em Walter Benjamin (WB), sugerindo que tal autor é o precursor dos atuais estudos sociais sobre a infância que veem a criança como ator social e como produtora de cultura, por ser muito anterior a Philippe Ariès. A experiência da infância em WB surge através do trabalho da sua memória sobre emoções, brinquedos e livros infantis, além de suas reflexões sobre pedagogia. Nos textos de WB sobre infância, no início do século XX, vemos afirmada a atual visão da especificidade das culturas infantis, em que a criança não é o adulto em miniatura, e sim detentora de uma razão própria, ainda que irracional aos nossos olhos. Assim, em WB, como em Baudelaire, a criança é o indivíduo capaz de descobrir ou criar o ‘novo’ em oposição ao ‘sempre-igual’; o novo como a constante e fascinada (re)descoberta da própria vida; aquilo que, paradoxalmente, é também o ‘eterno e o imutável’. Este artigo é composto de reflexões feitas à luz de textos de WB, de leitores e exegetas de sua obra e de autores de outras áreas do conhecimento com os quais se estabelece diálogo a partir dos textos benjaminianos.

Palavras-chave – infância; filosofia; culturas infantis; Walter Benjamin

ABSTRACT – This article deals with childhood as an object of philosophical reflection on WB suggesting, since his outcome was long before Philippe Aries, being him a precursor author of the current social studies on children which see the child as social actor and as a producer of culture. The experience of childhood in WB emerges through the work of his childhood memory of toys, children’s books and emotions, but also through his reflections on pedagogy. In his writings on childhood, in the early twentieth century, the present view of the specificity of children’s cultures is affirmed, in which the child is not the miniature of an adult, but the possessor of a very reason, even if it is irrational to our eyes. Thus, in WB, as in Baudelaire, the child is an individual, able to discover or create the ‘new’ opposed to ‘always-equal’, the new as the constant and fascinating (re) discovery of life itself. That aspect which, paradoxically, is also the ‘eternal and immutable’. This article consists of reflections in the light of WB’s texts, by readers and scholars of his work and authors from other areas of knowledge, with whom a dialogue is established from Benjamin’s texts.

Keywords – childhood; philosophy; children’s cultures; Walter Benjamin

INTRODUÇÃO

Criança desordeira. Toda pedra que ela encontra, toda flor colhida e toda borboleta apanhada é para ela já o começo de uma coleção. [...] Suas gavetas precisam transformar-se em arsenal e zoológico, museu policial e cripta. “Pôr em ordem” significaria destruir uma obra repleta de castanhas espinhosas que são estrelas da manhã, papéis de estanho, uma mina de prata, blocos de madeira, os ataúdes, cactos, as árvores totêmicas e moedas de cobre, os escudos [...] (BENJAMIN, 1984).

Este artigo trata da infância como objeto de reflexão filosófica em Walter Benjamin (WB). Embora a complexidade da experiência que denominamos “infância” seja nosso interesse de investigação há muitos anos, esclarecemos que é recente, no entanto, a descoberta das reflexões de WB sobre essa “idade da vida” e seus corolários (brinquedos, contos e livros infantis, descobertas da infância, educação).¹ Por muito tempo, nossa leitura da obra desse filósofo esteve restrita aos seus escritos sobre literatura e arte da narração. Nesse sentido, o encontro

* Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (SC, Brasil) com período sanduíche em Université Rene Descartes, Paris V, Sorbonne (Paris, França) e Professora da Universidade Regional de Blumenau (SC, Brasil). E-mail: <rt.mc@bol.com.br>. Artigo recebido em setembro de 2010 e aprovado em fevereiro 2011.

com o “outro lado” da obra de WB não poderia ter sido mais instigante, pois, conforme se adentra na compreensão dos textos de Benjamin sobre infância, mais e mais há a impressão de que ele pode ser visto como verdadeiro precursor dos atuais estudos sociais sobre a infância², por ser muito anterior a Philippe Ariès – o grande cânone da história social da infância.

Se Ariès surpreendeu o mundo acadêmico, em 1960, com a publicação do seu clássico estudo sobre a história social da criança e da família, só podemos imaginar dois motivos para que não seja creditado a WB esse pioneirismo: primeiro, porque não há em sua obra uma sistematização da temática da infância; segundo, porque ele não se propôs, tal qual o historiador francês, a realizar uma pesquisa histórica sobre o surgimento da infância na Europa. Mas, o que WB fez de forma muito mais sutil e, talvez por isso mesmo, tão marcante, foi elevar, já nos anos 20 do século XX, a criança ao estatuto de sujeito digno de observação e nota. Dessa forma, Benjamin pode ser considerado, para além de um historiador sociocultural da infância, um pioneiro da abordagem sociológica que, somente a partir dos anos 80 do século XX, vai olhar para a criança como um “ator social”; portanto, como “produtora de cultura”.³ Sendo Benjamin praticamente contemporâneo do movimento histórico da institucionalização da infância no século XIX,⁴ podemos considerar que não havia ainda, para esse autor, o chamado distanciamento histórico do fenômeno. Ele apreendeu-o, de certa forma, no momento mesmo em que ocorria ou, mais propriamente, consolidava-se. Tal simultaneidade, percepção no momento mesmo dos acontecimentos, é o que atesta, do nosso ponto de vista, a genialidade do pensador.

Este artigo é composto de reflexões feitas à luz de textos de WB, de textos de renomados leitores e exegetas de sua obra, além de autores de outras áreas do conhecimento com os quais se estabelece diálogo a partir dos textos benjaminianos. Essa associação é arbitrária e corresponde a uma interpretação “impressionista” dos textos de WB por parte do autor deste artigo.

1 WALTER BENJAMIN E A MODERNIDADE: UM ENCONTRO

Pensar junto a Walter Benjamin (WB). Eis o desafio que nos é posto. Penetrar as camadas (“49 camadas de sentido”, ele diria?) do seu entendimento por certo demanda mais, muito mais do que a simples leitura de seus textos. Uma vez eleitos os textos de WB, talvez só nos reste sermos tragados por sua “máquina de fazer pensar”. As máquinas, estas que foram o símbolo mesmo da era moderna, assim como a todos, também encantaram o filósofo. A seguir, parte de sua análise sobre aquela que falava e ouvia a distância:

[...] Foi para esta [a juventude burguesa] o consolo da solidão. Aos desesperados que queriam abandonar esse mundo ruim, piscava com a luz da derradeira esperança. Com os abandonados compartilhava o leito (BENJAMIN, 1987, p. 79).

Bastaria, se quiséssemos demonstrar aqui apenas a percepção do filósofo sobre o deslumbramento geral em torno desta grande invenção moderna: o telefone. Mas, a confissão de sua sedução, na infância, em torno da inovação sensorial do aparelho está registrada no arremate de seu texto:

[...] eu ficava impiedosamente entregue à voz que ali falava. Nada havia que abrandasse o poder sinistro com que me invadia. Impotente eu sofria, pois me roubava a noção do tempo [...] eu me rendia à primeira proposta que me chegava através do telefone (BENJAMIN, 1987, p. 80).

Se não há certamente justiça em se pensar um autor a partir de nossos próprios valores, é necessário penetrar o sentido de suas palavras para, então, iniciar com ele o diálogo. Do nosso ponto de vista, Jeanne Marie Gagnebin, uma grande conhecedora da obra de WB, quase alcança ou muito perto chega do sentido benjaminiano da realização de uma “história materialista”:

O historiador materialista deve sempre se lembrar de que a imagem do passado – que é a sua imagem do passado – não pode oferecer um ponto de partida imediato à sua análise, mas que a condição prévia de todo julgamento do passado é o exame crítico da constituição histórica da representação deste passado. De outra forma, ele está arriscado a cair nas armadilhas da tradição cultural que se compraz em fazer da história literária, como outras, uma espécie de caminho ascendente, com seus pontos altos e períodos de decadência, seus gênios e seus fracassados [...] (GAGNEBIN, 1993, p. 58-59).

Tecendo o prelúdio à compreensão de Baudelaire em WB, Gagnebin, no entanto, situa WB – o homem – como protagonista de um “fracasso exemplar”. A imagem de Benjamin descrita por Gagnebin é ainda a do filósofo construída por aqueles que lhe sobreviveram (os “vencedores”, os “bem-sucedidos”); é a imagem do desvio construída a partir da norma. Sendo a análise de Gagnebin – tal como ela mesma a define – materialista no sentido benjaminiano, não poderia antes primar por uma “releitura profundamente desconfiada da historiografia vigente”? Esclarecemos que não se trata simplesmente aqui de sugerir a inversão do sentido vigente e eleger WB – o suicida, o desempregado, o sem-valor – ao topo dos “gênios e vencedores”, e sim da possibilidade de pensá-lo a partir de onde sua história de vida se encontra e se cruza com a do mundo: na modernidade.

Talvez, não houvesse nada que WB desejasse mais do que falar desse tempo que viu nascer e transformar, abrupta ou paulatinamente, mas sempre de forma inexorável, o seu presente. Com a modernidade, que solapou determinado modo de vida e trabalho⁵ e impôs outro, WB parecia tecer uma relação de amor e ódio. Ele foi, em certo sentido, sua “vítima”: o “homem de letras” empurrado pelo vento do progresso para o abismo iminente. Pode ser que Benjamin se identificasse com o anjo retratado na tela de Paul Klee. Viria daí, em parte, o gosto que nutria por essa obra? ou sua insistência de que se deve juntar os cacos ou ruínas do passado para dar-lhes uma continuidade diferente e possível no presente? Nesse sentido, tomar a história à rédea ou, como preferia dizer, “escová-la a contra pelo”,⁶ parece ser o grande conselho do filósofo, quem sabe sua grande utopia ou mesmo, para muitos de seus críticos, seu otimismo (?) diante da inexorabilidade do progresso.⁷

WB, como crítico do individualismo moderno, almejava o resgate coletivo da história: era no exercício da memória contra o esquecimento que se colocava a possibilidade de realizar uma “outra” história e dar a esta, em sua abertura ontológica, “outros futuros além do que realmente ocorreu”. Era a possibilidade de trazer à tona os “possíveis esquecidos” e, quem sabe, realizá-los no presente, dando vez e voz aos silenciados (porque perdedores) da história oficial (GAGNEBIN, 1993). Aqui, porventura possamos dizer que a resistência de Benjamin (tal qual Baudelaire?) aos ventos avassaladores do capitalismo fetichizante surge, muito mais do que como “fracasso”, como vitória contra o aprisionamento da vida moderna burguesa. Era nesse sentido que se recusava a vender seu trabalho como mercadoria e, dessa forma, transformar a si próprio em ‘coisa’.

Para auxiliar na compreensão de Benjamin sobre a modernidade, utilizaremos aqui, como meta narrativa, a análise realizada por David Harvey, em *Condição Pós-Moderna*. Para definir e situar o que seria a suposta (e atual) pós-modernidade, tal autor buscou, primeiro, definir em sua obra o que é isso que entendemos por modernidade, já que nela, quiçá, seja possível encontrar o sentido de sua possível superação.

Harvey inicia sua análise lembrando ser esta uma tarefa que escritores de diferentes lugares e épocas, com diferentes estilos e objetivos literários, tais como Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoievski, já empreenderam na tentativa de lidar/entender a “sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” que caracteriza a modernidade (HARVEY, 2002, p. 21). A insegurança ou incerteza parece ser uma característica reiterada entre os autores (de diferentes matrizes) que já trataram da modernidade. Pode ser que Marx tenha sido o pensador que melhor sintetizou essa sensação, quando afirmou, no Manifesto Comunista, que, no capitalismo

(portanto, na modernidade), “tudo que é sólido desmancha no ar”. Para Harvey, esse sentido é também encontrado em WB, que se interessava centralmente por “uma experiência distintiva do tempo, do espaço e da causalidade, como coisas transitórias, fortuitas e arbitrarias” (HARVEY, 2002, p. 21). Dessa forma, para o autor, WB, que ele classifica como “um complexo pensador da tradição marxista” (HARVEY, 2002, p. 55), tinha “olho para o detalhe, para a fragmentação e para a disjunção” (HARVEY, 2002, p. 111). Um olho ou sensibilidade que, segundo Harvey, é frequentemente substituída por uma caricatura nas polêmicas pós-modernas.⁸

Interessante que o capítulo sobre modernidade e modernismo no livro de Harvey inicie com a frase-definição de Baudelaire sobre a modernidade, conectada, de forma tensa e contraditória, à arte: “A modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”.⁹ Interessante porque sabemos que é justamente sobre Baudelaire que WB escreveu diversos ensaios, que, de acordo com Gagnebin (1997, p. 139), visavam à reconstrução histórico-filosófica do século XIX, como “uma espécie de arqueologia da vida moderna”. De acordo com essa autora, os principais conceitos trabalhados por WB orientam as suas análises sobre Baudelaire: a experiência (*erfahrung*) na sua oposição à experiência vivida (*erlebnis*), a memória (*gedächtnis*), a harmonia do símbolo e a discrepância da alegoria, o valor de culto da arte tradicional e a perda da aura da arte moderna (ou a sua reprodutibilidade técnica).

Para Gagnebin, uma das grandes preocupações teóricas de WB, a partir do fim dos anos 20, eram as mutações sofridas pela produção estética nos séculos XIX e XX. A obra de Baudelaire era, para Benjamin, o paradigma da modernidade e sua forma de arte. Para a autora, a reflexão de Benjamin sobre Baudelaire “relaciona, de maneira convincente, a estrutura íntima dessa obra às novas condições de produção da arte na modernidade” (GAGNEBIN, 1997, p. 141). A poesia urbana de Baudelaire, enquanto poesia da transitoriedade e da fragilidade, que aponta para a destruição da cidade (e da sociedade?) moderna, segundo a autora, é o que faz da literatura baudelariana uma obra que perdura/permanece. Tivesse o poeta cantado em verso apenas a positividade da grande cidade (positividade triunfalista típica, aliás, do seu século), sua obra não seria tão atual. Isso porque, de acordo com Gagnebin, para WB, a característica da literatura moderna “consiste na sua relação privilegiada com o tempo, ou antes, com a temporalidade e a morte” (GAGNEBIN, 1997, p. 141). É nesse sentido que a autora afirma existir a estreita relação (estabelecida por WB) entre a antiguidade e a modernidade: ambas têm em comum a fragilidade. “É porque o antigo nos aparece como ruína

que o aproximamos do moderno, igualmente fadado à destruição”, afirma a autora. Para ela, o caráter histórico e efêmero da beleza, contraposto à Beleza como forma eterna e absoluta (caráter trazido à tona por Baudelaire em sua definição do(s) paradoxo(s) da modernidade), transita da positividade, “o sempre-novo”, em Baudelaire, à negatividade da ameaça constante de desaparecimento e da morte, desvelada por Benjamin (GAGNEBIN, 1997, p. 150). Pode ser que possamos compreender um pouco melhor os dilemas da modernidade tal como articulados por Baudelaire em sua polêmica frase (anteriormente citada) sobre a arte. O sempre-novo baudelaireano é revelado em Benjamin em sua obsolescência essencial e ligada, de acordo com Gagnebin, ao caráter da produção capitalista: a dualidade/ambiguidade da mercadoria enquanto “novidade-sucata”.

Aqui, abrimos parênteses para remeter, neste contexto de controvérsias relativas a acontecimentos do século XIX, especialmente sobre a destruição/criação causada pelo rápido processo em curso de industrialização/urbanização, às discussões travadas contemporaneamente por pensadores que refletem sobre as atuais transformações desencadeadas de forma acentuada a partir dos finais do século XX, nas formas culturais e político-econômicas de nossa sociedade.

Desses autores, vamos destacar suas análises sobre o caráter da “produção destrutiva” do sistema capitalista; querendo especialmente salientar o que Antunes (2002) denomina de “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”, também chamada de “obsolescência programada das mercadorias”. Para o autor, na transição do sistema produtivo fordista para o toyotista, que preconiza uma total reestruturação produtiva na forma de empresas ‘enxutas’, quanto mais “qualidade total” têm os produtos, menor deve ser seu tempo de duração.¹⁰ Naturalmente, aqui, a “destrutividade” do sistema não está pontualmente colocada apenas na produção e durabilidade das mercadorias, mas disseminada ou parte integrante da lógica do sistema de forma mais ampla, tal qual já apontado por Marx em sua análise do capitalismo do século XIX. Assim, o que os críticos atuais desse sistema chamam de lógica da “criação destrutiva” ou da “destruição criativa”, como lados dialeticamente imbricados de um mesmo processo, aponta, em seu nível mais geral, para as consequências nefastas do processo, sofridas tanto pela força humana de trabalho quanto pelo meio ambiente (natureza). Nesse sentido, não se trata aqui apenas dos *fast-foods* (que jogam toneladas de “descartáveis” no lixo a cada dia), automóveis, eletrodomésticos, telefones móveis, computadores (com tempo médio de vida cada vez mais reduzido) ou mesmo da “moda” (que, a cada estação, descarta uma ‘tendência’ para retomá-la “mixada” a outras, algumas estações

depois); trata-se da própria destruição/precarização da força de trabalho humano e da natureza em escala globalizada.¹¹ Então, quando WB atenta para o processo dialético da “novidade”, que traz em si a obsolescência e sua própria destruição (morte iminente), entendemos estar se reportando a esse fenômeno mais amplo ao qual o próprio Marx já havia originalmente se referido.¹² Fechar aqui os parênteses.

De acordo com Gagnebin (1997, p. 143), o conceito de “moderno”, em sua associação sinonímica ao “novo” (a partir das revoluções burguesas do século XVIII ao século XIX), assume uma “dinâmica interna que ameaça implodir a sua relação com o tempo”, pois “o novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não novo, no obsoleto e, o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito” (GAGNEBIN, 1997, p. 143). Assim sendo, o moderno “envelhece” ou fica rapidamente “antigo”, tornando a linha de demarcação entre os dois conceitos (outra tão bem demarcada e definida) cada vez mais imprecisa. Ao se definir pela novidade, a modernidade adquire uma característica que a constitui e, ao mesmo tempo, destrói-a. Para a autora, a “pós-modernidade” talvez seja o resultado desse processo autofágico do antigo pelo moderno, e vice-versa. Aqui, então, Gagnebin depara-se com a tese central de Harvey (2002), para quem as transformações nas formas culturais e político-econômicas que viemos assistindo e vivenciando de forma acentuada desde os anos 70, por profundas que pareçam, *não são* sinais de algo que poderíamos nomear de uma sociedade (ou era) de tipo inteiramente novo, nem signos de uma verdadeira superação: pós-capitalista, pós-industrial ou mesmo “pós-moderna”. As transformações – as “mudanças abissais” – ocorridas nos últimos 30 anos do século XX, quando colocadas frente às regras básicas da acumulação capitalista, perdem seu vigor e estranheza porque, de certo modo, não são mais do que “transformações da aparência superficial” da sociedade capitalista, ou seja, mudanças que não mexem substancialmente na forma ou formas como ela se produz e reproduz desde o seu surgimento na modernidade. Assim, sob o aparente e por vezes real processo de estilhaçamento do social e, com ele, da nossa “estrutura de sentimentos” (HARVEY, 2002), nada há de inteiramente novo.

Logo, é sobre o “novo” que podemos nos deter um pouco mais, por ser a categoria que vai nos levar, ainda que de forma enviesada, a uma concepção da “criança” como o indivíduo capaz de “descobrir” ou “fundar” o novo.

Em Baudelaire, o novo “é uma certa qualidade do olhar, própria do artista, do convalescente e da criança” (GAGNEBIN, 1997, p. 145). Para Baudelaire, a convalescença é como uma volta à infância, tendo

em vista que o convalescente é aquele que vê o mundo com novos olhos, com uma nova intensidade. Depois da doença e do afastamento do mundo, o convalescente redescobre – tal como a criança descobre em primeira mão – a vida, em suas múltiplas e, muitas vezes, ínfimas ou mais corriqueiras e cotidianas manifestações. A criança é aquele que ainda é capaz de maravilhar-se, de se deixar inebriar, de se deixar impactar/impressionar pelas coisas e acontecimentos do mundo: tem o olhar desacostumado, tudo “estranha”. Porém, para Baudelaire, a criança é também aquela a quem “falta razão”; portanto, é incapaz de transformar a impressão em expressão.¹³

Para o poeta, uma vez adulta, a criança adquire a razão, mas perde a capacidade que lhe era natural: a de enxergar o novo. Ela perde a intensidade da visão, e a curiosidade se embota. Para Baudelaire, só o “retorno organizado” à infância permite ao artista a expressão artística – a conjugação da razão adulta à eterna curiosidade e fascínio infantil. O artista é aquele que luta para manter essa união, porque seus grandes inimigos – o tédio, o desinteresse, o aborrecimento, o fastio – espreitam em busca da corrosão dessa conquista, que é ver o mundo “com os olhos de uma criança”. Todavia, mais do que enxergar o mundo, para o artista, é preciso “expressar”, contar aos outros, mostrar a todos o que existe. Nesse sentido, de acordo com Gagnebin, para Baudelaire, a obra (pictórica, literária, etc.) é aquilo que perdura mais do que a vida; é aquilo que escapa ao efêmero e transitório da modernidade; é a arte enquanto “eterna e imutável”! Portanto, estamos aqui muito longe da frequente e comum associação entre o novo, a novidade e o moderno. A novidade e o moderno estão fadados à iminente destruição/obsolescência. O que é novidade ou moderno em determinado momento já não o será assim que anunciado; por outro lado, o ‘verdadeiramente’ novo é o que permanece fiel a si mesmo, adormecido ou invisível aos olhos dos que não sabem ver. O novo só é revelado ou perceptível através do olhar da criança, do convalescente e do artista. Se entendermos bem as asserções dos pensadores anteriores, o “novo” é o que resiste ao sempre-igual: é, paradoxalmente, o eterno e o imutável. O “novo” é a própria arte, sendo talvez – enquanto arte – a simples (re)descoberta constante e fascinada da própria Vida.

2 WALTER BENJAMIN E A INFÂNCIA: EXPERIÊNCIA, MEMÓRIA E PENSAMENTO RELACIONAL

O que poderia inicialmente parecer uma desvantagem para a escrita deste artigo (a confessada recém-descoberta dos escritos sobre infância de WB) tem a possibilidade de ser convertida numa vantagem: aquela que se oferece aos “ingênuos” e que é a possibilidade do estranhamento

diante do já estabelecido. Nesse caso, a ousadia de arriscar uma compreensão ou de divulgar impressões é acompanhada da possibilidade do equívoco que se comete sem medo ou culpa.

Na introdução deste artigo, fizemos algumas afirmações sobre o pioneirismo e genialidade dos textos benjaminianos relativos à infância. Entretanto, que elementos temos para essas afirmações? Onde e como WB circunscreveu a criança? Na busca de tais elementos, percebemos que eles estão disseminados nos escritos, os quais, de uma ou outra maneira, levam em conta o universo ou a cultura infantil. Como já dito, não existe em WB uma sistematização sobre a temática da infância, seja ela de teor histórico ou de caráter pedagógico normativo. A impressão que os textos passam é a de serem apontamentos gerais, muitos deles reincidentes, sobre as ideias que o pensador tinha sobre o que é “ser criança”. Isso pode ser encontrado nos textos sobre brinquedos, livros infantis e pedagogia. Além disso, os textos de *Infância em Berlim* tratam de uma criança (o próprio autor quando menino) e das lembranças de sua infância a partir de um ponto de vista interno: o eu-narrador, a voz subjetiva e confessional. Começemos por esses textos.

Em *Infância em Berlim*, WB relata as lembranças e impressões das ruas e monumentos históricos de sua cidade natal, os feriados, os passeios ao zoológico e ao parque de diversões, as férias na praia, as visitas familiares, a casa dos pais e seus armários-esconderijo, a escrivaninha em seu quarto, o furto às guloseimas na despensa, os brinquedos, os dias de escola e os dias enfermo na cama, a novidade da técnica (telefone, cinema, etc.), os personagens nas ruas que sinalizavam a descoberta das desigualdades sociais – mendigos e prostitutas, entre outros temas que habitaram sua infância de menino rico. Todos esses temas são percorridos detalhadamente pelo trabalho de sua memória. Contudo, não nos enganemos quanto a essa possível e estreita aparência biográfica ou “memorialista”: o que WB faz ao escrever sobre fatos, emoções, personagens e objetos que povoaram sua infância é atualizar, para além da sua particular experiência do passado, uma “infância universal”, ainda que marcada pelo viés de classe: o menino que estudava, passava férias à beira-mar, recebia presentes de Natal em um lar grande e aquecido.

Parece que o pensador seguiu o que ele próprio recomendava ao “historiador materialista”: ao contar uma história, não remeter à “imagem eterna do passado”, mas constituir com o passado uma “experiência” (GAGNEBIN, 1997, p. 181).¹⁴ Assim, a infância do pensador na Berlim de 1900, quando ‘lembrada’ em sua narração, tem os seus próprios limites desfeitos. Tal qual a madeleine na xícara de chá de Proust, WB, ao desfilar o fluxo incessante da memória que, a princípio, é sua, desperta no leitor

(outra ex-criança) as próprias lembranças, as quais se desdobrarão em outras lembranças, que, por sua vez, levarão a outras, indefinidamente.

Na verdade, a impressão que se tem ao ler os textos de *Infância em Berlim* é a da imagem do signo que se desloca incessantemente: o significado nunca está onde se busca, ou seja, a significação (ou ‘valor’, como prefere Saussure) de um signo nunca está no signo ele mesmo, e sim na sua relação com outros signos. Sabemos, a partir disso, que a ‘significação’ ou ‘valor’ de um signo é sempre relacional, isto é, não se encerra na ‘unidade sígnica’, mas circula ou espirala em um “[...] sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, p. 133). Do nosso ponto de vista, não há como não relacionar o trabalho de WB nos textos de *Infância em Berlim* ao trabalho do semiólogo.¹⁵ E aqui, talvez, possamos atribuir a WB mais esse ‘avanço’ no tempo: a Semiologia ainda estava em seus primórdios quando o filósofo escrevia, e a sua estruturação, enquanto uma nova ciência, só se deu bem após a sua morte.

Vemos antecipado historicamente nos textos de *Infância em Berlim* aquilo que, segundo alguns autores, tornou-se característica da constituição moderna de uma série de disciplinas – da Física à Literatura e Pintura – dos finais do século XIX ao início do século XX: a mudança metodológica do foco nos objetos para as suas relações. Essa nova metodologia segue, como frisa Culler (1979), uma mudança ontológica da primazia do sistema de relações (ou da estrutura desse sistema) sobre os objetos vistos em sua suposta independência. É possível que aqui possamos entender um pouco melhor a atração de WB sobre certa arte e literatura modernas: tem-se, por exemplo, o Cubismo como o paradigma da afirmação da “relatividade”, pois, nessa escola, os objetos quase que se desvanecem no entrecruzamento de linhas e planos, apontando para uma diversidade de perspectivas e relações.¹⁶ A obra está aberta, e o(s) sentido(s) – em sua profusão ilimitada – não tem um acabamento essencial (GAGNEBIN, 1985). Será que o interesse de Benjamin pela obra de Proust e Kafka pode também ser encontrado nessa trilha? A narração desses escritores estaria menos preocupada com a representação dos objetos, dos acontecimentos e de cenas reconhecíveis em si, e mais com as relações que sugerem?

Quando se lê *Infância em Berlim* pela primeira vez, fica-se certamente com a dúvida: o texto é do adulto escrevendo sobre a criança que foi ou é a própria criança que escreve? Tal dúvida vem do extremo detalhamento e proximidade do narrador com os fatos, sensações e objetos descritos.¹⁷ É uma memória tão minuciosa e arbitraria que há a impressão de que a descrição foi feita no calor dos fatos, no momento mesmo dos acontecimentos. É

uma linguagem onde se reconhece o menino, a criança narrando. Ali, estão presentes os terrores e as pequenas delícias da infância, o encantamento e amor pela mãe, o deslumbramento com a descoberta das coisas do mundo, o tédio e o êxtase presentes na experiência de todas as crianças que fomos. Como pode o autor resgatá-las de forma tão atual e ainda pulsante, aos 40 anos de idade? A resposta só pode ser que a criança ainda estava presente no homem. O fantástico trabalho da memória foi o que permitiu a união do passado e presente no mesmo corpo e mente.

Vejamos o que dizem os estudiosos de WB sobre o assunto. Bolle (1984, p. 13) considera que, à medida que Benjamin, “um homem de quarenta anos”, volta ao tempo, “ele recupera o mundo da cultura de seus pais, mas concomitantemente, nessa volta ao tempo, recupera em certo sentido a maneira de ver da criança, a sensibilidade e os valores dela”. Dessa forma, para esse comentador, “o livro se lê como se fosse um relato de criança para criança, à margem da cultura adulta” (BOLLE, 1984, p. 13). Não poderia ser dito de maneira melhor e em tão fina sintonia com o que atualmente a Sociologia da Infância e a Antropologia da Criança definem como sendo as “culturas infantis”.¹⁸ Nos só acrescentaríamos, a partir dessa reflexão, uma outra: sendo um “relato de criança para criança”, como afirma Bolle (1984), não é só Benjamin que “retorna” à infância, mas também o seu leitor.¹⁹

Gagnebin (1997), em breve análise sobre *Infância em Berlim*, afirma que o pensador, ao escrever sobre sua infância, não pretendeu a idealização desta, mas a realização do possível esquecido ou recalado: lembrar-se o passado permite a releitura crítica do presente na vida adulta. Quanto a isso, queremos apontar a descoberta particular que foi a de entendermos que, ao relembrar o passado (o que chamamos de “nossa história”), inevitavelmente estamos, ao mesmo tempo, (re)inventando-o.²⁰ O mais surpreendente é descobrir que estamos, conjuntamente, (re)inventando o nosso tempo presente. Entendemos ser esta a possibilidade epistemológica apontada por WB na sua definição do historiador materialista e a vigilância epistêmica que ele deve ter em relação à sua (particular) “representação do passado”: a possibilidade, através da lembrança, de nossa redenção conosco próprios e de nos tornarmos donos do nosso tempo. Isso porque, de acordo com Gagnebin, lembrar-se de fatos e signos da “infância perdida” remete o adulto à decifração do seu presente e a caminhos ou trilhas possíveis de serem feitas ou retomadas. Embora a autora não se refira explicitamente ao “Jetztzeit”, parece-nos que o apontado remete a esse termo: o “tempo de agora”, a atualização daquilo que foi ou poderia ter sido, o possível não realizado, com nova chance de sê-lo no presente, ou seja, a retomada do

passado (e seus recalques e esquecimentos) sob o prisma do Agora.

Quanto aos textos sobre brinquedos, livros infantis e a pedagogia comunista ou proletária, há duas apresentações muito boas e esclarecedoras em relação à obra *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. Na apresentação da edição brasileira, Pereira (1984) afirma que, nesses textos, há, em primeiro lugar, o pressuposto geral ou a certeza de que “a criança é o pai do homem”; é na infância que são fixadas as bases de nossa existência futura. Contudo, Benjamin afirma a noção de especificidade das culturas infante-juvenis além disso. A criança não deve ser vista como o adulto em miniatura, e sim como detentora de uma razão própria, ainda que irracional aos nossos olhos. Para Bolle (1984), Benjamin trava uma luta consciente contra o enquadramento compulsório das crianças (e dos jovens) num mundo de “adultos enrijecidos”.²¹ Aqui, o comentador está referindo-se especificamente à tentativa benjaminiana de evitar o enquadramento ou a convocação de crianças e jovens à “juventude hitlerista”, na medida em que o “Estado fascista é um prolongamento de uma certa pedagogia burguesa do século XIX”: a divisão de classes engendra maneiras diferenciadas de cada estrato social olhar suas crianças – para a burguesia, seus filhos são “herdeiros”; para os trabalhadores (deserdados dos meios produtivos), são “ajudantes, vingadores, libertadores” (BOLLE, 1984, p. 13).

Parece que o defendido por WB em relação à educação das crianças soa incompreensível aos ouvidos de uma pedagogia tradicional: a criança não deve ser “infantilizada”. Nesse sentido, para Benjamin, a pedagogia proletária demonstra sua “superioridade” pelo fato de “garantir às crianças a plenitude de sua infância” (BENJAMIN, 1984). É também se referindo a essa ideia que, agora em relação à juventude, Benjamin elabora o texto *Experiência*, por meio do qual vai reivindicar, igualmente para os jovens, a possibilidade da experiência plena de sua idade e não um cuidadoso – e sempre pobre de espírito – resguardar-se “para o futuro”. Nesses escritos, WB elabora, do nosso ponto de vista, um persistente e declarado ataque aos “pedagogos” (de uma pedagogia tradicional ou burguesa), que, na forma de notas, resenhas, comentários ou apresentações, vai desde uma visão apaixonada dos livros infantis (novos e “velhos”, incluídas aí as cartilhas alfabetizadoras) até o elogio a um velho pedagogo humanista, passando pela história cultural (e étnica!) dos brinquedos e os preceitos de uma pedagogia proletária ou comunista. Na crítica feita ao que o pensador chama de “filisteus”, está centrada a sua principal concepção de uma pedagogia livre de princípios e imperativos (BOLLE, 1984). Pelo que percebemos, tais princípios visam a subtrair da criança aqueles anos em que justamente a sua capacidade de

criação e potencial de estranhamento ao pré-estabelecido (necessários à descoberta ou construção do ‘novo’) são a grande fonte de renovação social. Sabe-se que essa capacidade de livre expressão, esse desconhecimento de regras, essa capacidade, enfim, para a crítica social, uma vez perdidos ou embotados, não mais serão recuperados de forma genuína pelos indivíduos.

Trata-se, talvez, de exercitarmos o olhar e vermos as crianças ou a infância (inclusive aquela que todos nós, um dia, tivemos-experimentamos) em sua concretude, isto é, a criança/infância concreta, vivenciada e não aquela “vestida de feliz” (CALIGARIS, 1994), que nos sugere a idealização burguesa. Devemos ver a criança livre da cada vez mais precoce iniciação ao mundo adulto sem que isto signifique sua redução à invisibilidade e exclusão social. Quem sabe, essa seja a nossa (dos adultos) única possibilidade, centrada na criança, de ver surgir aquilo que pode ser o verdadeiramente novo. Quanto a isso, Kennedy e Kohan (2000, p. 11) são particularmente enfáticos na apresentação de sua obra sobre infância e filosofia, afirmando que “[...] deveríamos saudar as crianças, se não por outros motivos, pelo menos por manterem viva esta dimensão da experiência humana”. Assim, os autores também remetem às crianças a possibilidade de pensar o novo e de experimentar essa forma particular de ter experiências do mundo (remota para a imensa maioria dos adultos), colocando ao seu lado os “[...] artistas, sonhadores e demais espécies, inclassificáveis entre aqueles que não se adaptam com facilidade aos cânones socialmente estabelecidos e buscam permanentemente redesenhar os limites da sua identidade e a do mundo [...]” (KENNEDY; KOHAN, 2000, p. 10).

APONTAMENTOS FINAIS

Para finalizar, queremos ainda fazer rápida menção ao excelente texto *Infância e Pensamento*, de J. M. Gagnebin, no qual a autora traça as antigas e estreitas (ainda muito pouco consideradas) relações entre infância e filosofia. A autora, a partir da fonte grega (a ‘paideia’ de Platão), elabora o panorama das ideias que vão tecendo, passo a passo ou palavra a palavra (matéria prima do filósofo), a construção do que, universalmente, entendemos por “criança” e “infância”. Dizemos ‘universalmente’ porque, através de estudos históricos e transculturais, ficamos sabendo que, ao longo da história humana, diferentes papéis, diversas posições, valores e representações já foram atribuídos à infância e às crianças. A despeito das diferenças culturais e históricas, elas têm sido geralmente consideradas seres humanos incompletos, ocupando aquele espaço ambíguo entre o que está aquém e, ao mesmo tempo, além da humanidade (por “humanidade”, entenda-se “indivíduo adulto”). De anjos a demônios, elas

têm ocupado, como seres sagrados ou inferiores, espaços liminares da sociedade.

Em *Infância e Pensamento*, Gagnebin realiza um “tour” pelos principais filósofos ocidentais, que vão da Grécia antiga, passando pelo Renascimento e desembocando na modernidade iluminada por Rousseau. Todos sabem que Rousseau revolucionou a maneira de se ver a criança e sua educação; fundou a pedagogia moderna e burguesa. Nesse sentido, reivindicou centralmente que se afastassem as crianças do mundo adulto (no movimento mais amplo de extinção da antiga sociabilidade medieval apontada no estudo histórico de Ariès), retirando-as para dentro da casa da família e da escola, as únicas responsáveis doravante por sua boa educação. Mas, Gagnebin assinala que todos sabem também “onde foi parar” esse projeto iluminista... Nesse ponto, tece suas considerações sobre o nosso narcísico amor de pais e professores e seus possíveis efeitos (nem sempre benéficos) sobre as crianças.

Já mencionada anteriormente, outra obra que nos auxilia na compreensão das relações entre infância e filosofia é o livro organizado por Kennedy e Kohan (2000). Na apresentação que fazem dessa obra, os autores elencam, do nosso ponto de vista, alguns princípios que, na verdade, são os que já guiaram WB no início do século XX, em sua reflexão sobre a infância e as crianças. São princípios que, somente nos finais deste século, vão ser erigidos pelas ciências humanas como constitutivos de uma nova visão da infância; tratam-se das ideias da infância como “construção social e histórica” e da criança como um ator social de pleno direito.

Vemos reafirmado aqui o pioneirismo de WB em seus escritos sobre a infância e a possibilidade por ele aberta de repensarmos seu(s) sentido(s) na modernidade. Vemos também reafirmado aquilo que é nossa própria posição epistemológica a partir da sociologia da infância que praticamos: refletir sobre a infância (em qualquer ciência particular) implica necessariamente uma reflexão filosófica sobre a vida adulta (KENNEDY, 2000) e, portanto, como pretendia WB, uma reflexão crítica sobre os fundamentos (impensados) da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1982.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.
- _____. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 2)

BOLLE, Willi. Walter Benjamin e a cultura da criança. In: BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984. p. 13-6.

CALIGARIS, Contardo. O reino encantado chega ao fim. Caderno Mais!, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1994.

CULLER, Jonathan. **As ideias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** – Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 7-19. (Obras Escolhidas, v. 1)

_____. **Walter Benjamin**: os cacos da história. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Sete Aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

KENNEDY, David. As raízes do estudo da infância: historia social, arte e religião. In: KOHAN, Walter O.; KENNEDY, David (Orgs.). **Filosofia e infância**: possibilidades de um encontro. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 129-59.

KOHAN, Walter O.; KENNEDY, David. Apresentação. In: KOHAN, Walter O.; KENNEDY, David (Orgs.). **Filosofia e infância**: possibilidades de um encontro. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 9-16.

MESZAROS, Itsvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PEREIRA, Uilson. Apresentação da Edição Brasileira. In: BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984. p. 9-12.

RAMONET, Inácio. O Pensamento Único e os Regimes Globalitários. In: FIORI, José L. et al. **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel J.; CERISARA, Ana Beatriz (Org.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

NOTAS

- ¹ Este artigo origina-se das discussões realizadas na disciplina *Infância e Experiência em Walter Benjamin*, oferecida pelo Centro de Ciências da Educação da UFSC e ministrada pelo professor Alexandre F. Vaz, a quem agradeço as sugestões e críticas iniciais.
- ² Referimo-nos aqui à Sociologia da Infância, denominação que os novos estudos sociais da infância recebem em Língua Portuguesa (decorrente da denominação em língua francesa – *sociologie de l'enfance*), e à Antropologia da Criança. No campo anglófono, o conjunto desses estudos, incluindo a história social da infância, é conhecido como *the new social studies of childhood*.
- ³ A anterioridade aqui sugerida do filósofo alemão em relação ao historiador francês, no que diz respeito a certa reflexão sobre a infância, pretende apenas destacar o pioneirismo dos escritos de WB em relação

- à importância e destaque que a infância viria a ter como novo objeto de estudos nas diversas áreas das Ciências Sociais a partir, notadamente, do estudo histórico de P. Ariès, nos anos 60.
- ⁴ De acordo com Sarmiento (2004), a institucionalização da infância moderna ocorreu pela conjugação de fatores, como a criação da escola pública; o reordenamento da família em torno do cuidado e educação das crianças; o surgimento de saberes periciais (notadamente nos campos médico e pedagógico); a ‘administração simbólica da infância’ (normas, atitudes e prescrições, nem sempre expressas, que condicionam e constroem a vida das crianças em sociedade).
- ⁵ Nas origens do capitalismo, havia a necessidade histórica da ruptura radical, total e violenta com o passado, ou seja, cada avanço em relação à consolidação da sociedade capitalista representava a desagregação da sociedade feudal, seu modo de produção, seus costumes e instituições e a introdução de novas formas de organizar o trabalho e a vida em sociedade.
- ⁶ WB utiliza com frequência alegoricamente a imagem de um animal para expressar suas ideias. “Escovar a história a contra pelo” e a “poderosa pata” que se ergue contra a Halacha depois de docilmente deitar-se aos seus pés remetem à ideia de um cavalo, animal doméstico que docilmente se submete a cuidados (a quem se escova o pelo), mas também a um animal que pode, com um poderoso coice, rebelar-se contra aquilo que o oprime.
- ⁷ A obra de WB é comumente considerada como marcada pelo pessimismo diante da história da humanidade.
- ⁸ Harvey (2002) refere-se aqui ao anúncio feito pelos pensadores pós-modernos do fim das grandes narrativas (particularmente, a narrativa marxista e a freudiana) e o conseqüente desdém atualmente atribuído a essas obras, que atinge também aqueles que a elas se filiam.
- ⁹ Gagnebin (1997), em seu ensaio *Benjamin, Baudelaire e o Moderno*, utiliza essa mesma frase de Baudelaire, mas na, tradução de Gagnebin, “fúgio” é substituído por “efêmero”.
- ¹⁰ “A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e deste modo ampliar a velocidade da produção dos valores de troca faz com que a ‘qualidade total’ [seja] o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado” (ANTUNES, 2002, p. 50).
- ¹¹ Para aprofundar essa discussão, ver especialmente Meszaros (2002) e Ramonet (1998).
- ¹² Não podemos, no entanto, esquecer que Marx é também o primeiro a reconhecer e salientar, no modo capitalista de produção, os seus aspectos “positivos” ou revolucionários descritos especialmente no “Manifesto Comunista”.
- ¹³ Temos aqui, reafirmada em Baudelaire, a visão tradicional e bastante disseminada no senso comum da criança como um ser “em devir” e caracterizado pela negação: aquele a que faltam determinadas “capacidades” próprias do indivíduo adulto.
- ¹⁴ Gagnebin, em *Infância e Pensamento*, concorda que o livro de WB não seja propriamente uma “autobiografia”, afirmando que o objetivo do autor era “[...] tentar elaborar uma certa experiência (erfahrung) com a infância” (1997, p. 181).
- ¹⁵ Essa sensação surge, especificamente, dos textos de *Infância em Berlim*, em que WB aparentemente elege um signo qualquer para discorrer. A partir dele, tece a teia/trama de relações e significados que o envolvem, suscitando inúmeros outros. A aproximação que traçamos aqui entre Benjamin e Roland Barthes (ou entre *Infância em Berlim e Mitologias*) foi corroborada ao descobriremos que *Rua de Mão Única* é “feito inteirinho de letreiros, anúncios, cartazes, outdoors, avisos, etc. encontrados pelo autor nos seus passeios pela grande cidade” (BOLLE, 1984, p. 15). Ora, sabe-se que não é outra a fonte inspiradora de Barthes no seu *Mitologias* (1982).
- ¹⁶ Para um aprofundamento dessa leitura, ver, além de Saussure, Culler (1979).
- ¹⁷ Essa dúvida faz sentido ao sabermos que, para a maioria de nós, as memórias do tempo da infância geralmente ocupam uma zona remota, quase inacessível, da memória adulta.
- ¹⁸ Vale lembrar que Bolle escreveu o texto *Walter Benjamin e a cultura da criança* quase ao mesmo tempo em que o conceito de “culturas infantis” começava a surgir nos chamados “novos estudos sociais sobre a infância”, nos anos 80, na Europa (notadamente, nas novas disciplinas Sociologia da Infância e Antropologia da Criança). No Brasil, no entanto, os primeiros textos que irão tratar dessa temática, na perspectiva desses novos estudos, surgiram muito tempo depois.
- ¹⁹ O comentário de Bolle nos faz compreender melhor a particular sensação que a leitura de *Infância em Berlim* nos desperta ao sermos arremessados às emoções e lembranças já ‘esquecidas’ do passado. Cada tema ali tratado (o desejo de fuga da casa dos pais, as férias à beira-mar, o retorno “kafkiano” à casa paterna, a presença segura da mãe, as joias maternais, os terrores no colégio, etc.) faz-nos recordar o que de similar ocorreu em nossa própria infância: fatos e objetos há muito “desaparecidos” da memória retornam com vivacidade e encantamento (o significado dos dias da semana, especialmente os domingos que nos fizeram conhecer a náusea existencial muito antes de ler Sartre; as roupas feitas em casa em seus detalhes – cores, texturas e adereços; a obrigação da reza diária e da missa dominical; a aversão ao pai e às professoras primárias, entre outras lembranças de uma infância vivida em uma pequena cidade de Santa Catarina, nos anos 70).
- ²⁰ A palavra que melhor expressa a ação da memória, do nosso ponto de vista, é ‘seleção’ ou ‘escolha’ daquilo que valorizamos como importante e, portanto, daquilo que é efetivamente lembrado, isto é, o valor que atribuímos àquilo que supomos ser nosso passado. Assim, isso é essencialmente arbitrário.
- ²¹ Gostaríamos de comentar que essa visão de “fuga ao enquadramento” manifestada por WB em relação à infância pode também ser encontrada em um filósofo francês que viveu até os anos 80 do século XX e que muito refletiu sobre as “minorias”. Para Guattari (1987), a luta micropolítica pela multiplicidade da expressão semiótica da criança deve necessariamente passar pela recusa de “cristalizá-la” muito cedo em “indivíduo tipificado” ou em modelo personológico estereotipado. Para isso, devem-se criar condições que permitam às crianças adquirir “meios de expressão relativamente autônomos” e que lhes possibilitem, então, escapar o mais tempo possível das “tecnologias das diversas formações de poder”, sejam estatais, burocráticas, culturais, sindicais, de comunicação de massa, etc. Esse filósofo argumenta que, se ao atingirem a idade adulta, os indivíduos decidirem assumir os papéis que o sistema ou a cultura lhes apresenta, devem poder fazê-lo sem que “colem à sua pele a ponto de deles não poder mais se desfazer se assim o desejarem” (GUATTARI, 1987, p. 54-55). A esse respeito, ver especialmente os textos *As creches e a iniciação e Devir criança, malandro, bicha*, em *Revolução Molecular - pulsações políticas do desejo* (GUATTARI, 1987).